



EXCELENTÍSSIMO CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA

DILIGÊNCIA/MPC: 191/2021

PROCESSO Nº : 33.708-0/2019 (AUTOS DIGITAIS)
UNIDADE : MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
ASSUNTO : APOSENTADORIA
GESTOR : ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, representado pelo Procurador que ao final subscreve, no uso de suas atribuições institucionais, vem respeitosamente à digna presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 100 do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas (Resolução nº 14/2007) converter a emissão de parecer em

PEDIDO DE DILIGÊNCIA

conforme a fundamentação apresentada a seguir.

1. Cuidam os autos da análise, para fins de registro do ato que concedeu **aposentadoria** voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, à Sra. **Sônia Maria Fischer Marinho**, RG nº 00262188 SSP/MT, CPF nº 161.436.981-04, servidora efetiva no cargo de Fiscal de Tributos Estaduais, classe/nível C-04, lotada na Secretaria de Estado de Fazenda, no município de Cuiabá/MT.
2. A Secretaria de Controle Externo de Previdência, por meio de **relatório técnico preliminar**¹, identificou a seguinte irregularidade:

ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período:

¹ Documento digital nº 290153/2019



01/01/2019 a 31/12/2019

1) LB15 RPPS_GRAVE_15. Ocorrência de irregularidades no processo de concessão de benefícios previdenciários (Legislação do MPS; legislação específica do ente).

1.1) SE FOR TEMPO NÃO EFETIVO ATÉ 15.12.98, VINCULADO AO MESMO RPPS EM QUE SE DARÁ A APOSENTADORIA: PERÍODO DE: 14/10/1977 a 15/01/1980. a) apresentar a legislação da época que permitia a vinculação de servidores não efetivos ao RPPS. b) apresentar os documentos comprobatórios do vínculo, tais como: publicação no diário oficial, contratos, termo de posse, carteira de trabalho, fichas funcionais, holerites, etc. PERÍODO DE: 14/01/2002 a 24/04/2006 Enviar o Termo de Posse da servidora. - Tópico - 1. REQUISITOS E CONDIÇÕES CONSTITUCIONAIS

3. O Diretor Presidente do Mato Grosso Previdência, Sr. Elliton Oliveira de Souza, veio aos autos solicitando dilação de prazo para apresentar os documentos solicitados², o que foi deferido pelo Conselheiro Relator³.

4. A unidade instrutiva, em **relatório técnico conclusivo**⁴, verificou que, transcorrido o prazo, o gestor não encaminhou os documentos, razão pela qual manteve a irregularidades e conclui pela denegação do registro do Ato nº 4.189/2019.

5. Ato seguinte, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para análise e emissão de parecer.

6. Entretanto, o Ministério Público de Contas entende que o processo não se encontra devidamente instruído para a sua manifestação definitiva, pois entende-se que é razoável nova tentativa de saneamento do apontamento, com a comprovação documental do tempo de serviço da interessada no Governo do Estado apontada pela SECEX.

7. Constas nos autos⁵ que a Sra. Sônia Maria Fischer Marinho ingressou no Governo do Estado na função de Professora em 14/10/1977, de acordo com sua

² Documento digital nº 15044/2020

³ Documento digital nº 36186/2020

⁴ Documento digital nº 75114/2021

⁵ Documento digital nº 278535/2019



Certidão Funcional, conforme imagem abaixo:

CERTIDÃO DE VIDA FUNCIONAL

Informações do segurado

Segurado (a): SONIA MARIA FISCHER MARINHO

Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS EST/LC363 C-004

Lotação: SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

C.P.F: 161.436.981-04

Data Posse: 25/04/2006

Tempos Anteriores

Tipo Doc.	N.º Publ.	D.O.	Data Publ.	Dta Inicial	Dta Final	Tipo Tempo	Dias	Especial	Observação
PORTARIA	7987	17	02/12/1977	14/10/1977	15/01/1980	Público	822	Professor	ADMITIDA PARA PRESTAR SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, NO CARGO DE PROFESSORA, SÍMBOLO F-3, A PARTIR DE 14.10.77.

8. Em pesquisa ao sítio eletrônico da Imprensa Oficial do Estado, o *Parquet* de Contas verifica que o ato de nomeação, Portaria nº 7.987, foi publicado em 02/12/1977, D.O. nº 17.472, pág. 17, conforme imagem abaixo⁶:

⁶ <https://www.iomat.mt.gov.br/>



PÁGINA 10

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

27 DE MARÇO DE 2.002

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso III e XI da Constituição Estadual;

considerando o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;

considerando o disposto do inciso II do artigo 129 da Constituição Estadual;

considerando o resultado do Concurso Público realizado pelo Estado, de acordo com o Edital nº. 003/2001/SAD, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, de 19/07/2001;

considerando a Homologação do Concurso Público publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso da mesma data;

considerando, finalmente, o que determina o item 15, subitem 15.1 do Edital nº. 003/2001/SAD;

RESOLVE:

Nomear para o cargo de Gestor Governamental nas respectivas Secretarias os candidatos que seguem:

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

NOME	Documento de Identidade	Pontos
ANA PAULA P G RODRIGUES	RG 3572415 SSP/MG	167,67
MAURO CÉSAR LARA DE BARROS	RG 10107118 SJ/MT	167,00
LIANE AMÉLIA CHAVES	RG 10611487 SJ/MT	166,33
LUCIANO JOSÉ TRINDADE	OAB 06126 OAB/MT	165,83
MARISOL NESPOLI	RG 281857416 SSP/SP	164,00
DANIEL CARNEIRO DE JESUS	RG M-8177815 SSP/MG	163,33
CLIFER LUIS ZEGERINO DE PAULA	RG 925302 SSP/MT	159,67
JANE SIFUENTES MACHADO	RG 224336666 SSP/SP	159,17
OZENIRA FÉLIX SOARES DE SOUZA	RG 7911386 SSP/MT	158,17
SIMONE NEVES TAVARES	RG 517576 SSP/MT	157,83
SANDRA MARIA FONTES ALMEIDA	COREN 023158 COREN/MT	154,50
FLÁVIO LIMA DE OLIVEIRA	RG 08557780 SJ/MT	152,33

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

NOME	Documento de Identidade	Pontos
LUIZ ANTONIO DE CARVALHO	RG 6650767 SSP/MT	173,00
SONIA MARIA FISCHER	RG 026218 SSP/MT	168,67
ROBERTO RIZZO CORRÊA GALVÃO	RG 3078515 SJ/MT	165,33
ALFEU EUGÊNIO ALVES NETO	RG 56752074 SSP/RJ	165,00
WALTER MENDES	RG 320210 SSP/ES	164,83
FERNANDO LIMA GAMA JUNIOR	RG 92080688 SSP/RJ	164,50
ELIANE XAVIER DE ALCANTARA	OAB 6165 OAB/MT	164,17
ROGÉRIO PRUDÊNCIO	RG 60888 SSP/MT	162,17

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 66, inciso III e XI da Constituição Estadual;

Considerando o disposto no inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o disposto do inciso II do artigo 129 da Constituição Estadual;

Considerando o resultado do Concurso Público realizado pelo Estado, de acordo com o Edital nº 002/2000-SAD, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 25 de setembro de 2000;

Considerando, finalmente o que determina o item 11 subitem 11.1 do Edital nº 002/2000-SAD.

RESOLVE:

Nomear para os cargos abaixo relacionados no município de Rondonópolis e Cáceres os candidatos que seguem:

MUNICÍPIO: RONDONÓPOLIS
HOSPITAL REGIONAL DE RONDONÓPOLIS

Cargo: Profissional de Nível Superior do SUS
Especialidade: Médico Cirurgião Geral

Nomes	Pontuação
DIZALMA PIMENTA JUNIOR	71
JOÃO CASTO MUNIZ	68
NILSON GOMES BENTO	68
ANTONIO ALVES BESSA JUNIOR	65
CARLO GUILHERME DA SILVEIRA E LIMA	62

Cargo: Profissional de Nível Superior do SUS
Especialidade: Médico Clínico Geral

Nomes	Pontuação
ALBERTO PEREIRA DOS SANTOS	60
ALEXANDRE MENDES MEITEKE	54

Cargo: Profissional de Nível Superior do SUS
Especialidade: Médico Radiologista

Nomes	Pontuação
ELMO DOS SANTOS BERTINETTE	68

Cargo: Profissional de Nível Superior do SUS
Especialidade: Psicólogo

Nomes	Pontuação
ELISANGELA LINS	81

Cargo: Profissional de Nível Superior do SUS
Especialidade: Enfermeiro

Nomes	Pontuação
-------	-----------

11. Em que pese não ter sido apresentado termo de posse requisitado pela equipe técnica, tem-se que o ato de nomeação constitui um importante início de comprovação do vínculo.

12. Entende-se, portanto, que não há razoabilidade na denegação do registro sem oportunizar nova manifestação ao Mato Grosso Previdência para apresentar os documentos faltantes, bem como a legislação solicitada, deixando mais clara a necessidade da medida apontada pela unidade instrutiva e levando em consideração, principalmente, as graves consequências na interrupção de pagamento de verba de natureza alimentar ao beneficiário em função de eventual não registro do ato e suspensão do benefício.

13. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas**, no uso de suas atribuições institucionais e em homenagem ao princípio do devido processo legal e da



razoabilidade, converte a elaboração de parecer em **Diligência** a fim de que seja realizada a **notificação** do Sr. Elliton Oliveira de Souza, Diretor Presidente do Mato Grosso Previdência, a fim de sejam apresentados os documentos requisitados pela equipe técnica.

14. Por fim, requer o retorno dos autos ao *Parquet* de Contas para emissão de parecer, após análise conclusiva da unidade instrutiva, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 10 de junho de 2021.

(assinatura digital)⁷
WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR
Procurador-geral de Contas Adjunto

⁷“Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.”